

## DIREITO TRABALHISTA

# Trabalhadores pedem o fim da escala 6x1

Manifestação neste domingo (23) reúne trabalhadores e movimentos sociais para pressionar o Congresso Nacional pela aprovação da PEC 8/2025. Especialistas alertam para os impactos na economia do país

» ALICE MEIRA

**T**rabalhadores de 10 cidades se mobilizam e vão às ruas em manifestação hoje, pelo fim da escala 6x1: seis dias de trabalho seguidos por apenas um dia de folga. A ideia é que esse modelo de trabalho seja extinta, sem que haja redução salarial. O ato reúne trabalhadores, representantes de movimentos sociais como o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e apoiadores da causa. O governo federal defende o fim da escala 6x1.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luis Marinho, aceita avançar com o projeto na Câmara Federal. Durante o seminário Alternativas para o Fim da Escala 6x1, promovido pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados em 10 de novembro, o ministro defendeu que mudanças legais são necessárias: "Se não tiver imposição legal, vamos atravessar mais um século com trabalhadores presos à mesma regra". Marinho classificou o modelo como incompatível com a vida moderna. "Todos admitem que é uma jornada perversa, especialmente para as mulheres", afirmou. "Precisamos devolver às trabalhadoras e trabalhadores o direito a pelo menos dois dias consecutivos de descanso".

O debate sobre a jornada de trabalho no Brasil ganhou força nos últimos anos, embora tenha raízes históricas profundas. Em fevereiro deste ano, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 foi protocolada na Câmara dos Deputados, com cerca de 60 assinaturas a mais que o mínimo necessário para ingressar uma emenda constitucional. A PEC 8/2025, liderada pela deputada Erika Hilton (PSOL-RJ), também visa uma semana de quatro dias de trabalho para três dias de folga,

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Manifestantes em ato contra a jornada de trabalho 6x1, no Rio de Janeiro, no ano passado

reduzindo a jornada máxima para 36 horas semanais. Atualmente, a proposta é o principal instrumento legislativo para a redução da jornada de trabalho. Contudo, sua tramitação no Congresso Nacional encontrou barreiras significativas. Neste domingo, trabalhadores vão às ruas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador (BA), Porto Seguro (BA), Vitória (ES), Boa Vista (RR), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Itabuna (BA) e Curitiba (PR), pedindo pela aprovação da demanda.

Para ser aprovada, a PEC deve obter três quintos dos votos da Câmara dos Deputados, ou seja, 308 dos 513 deputados devem votar a favor do projeto. Se aprovado na Câmara, o processo se repete no Senado: votação em dois turnos com o quórum de três quintos dos votos. Mesmo com apoio popular, a medida enfrenta desafios para ser aceita. Se aprovada, os impactos para a economia ainda

são "incertos". Segundo Marcos Sarmento, professor de economia e finanças do Ibmec Brasília, "ainda existem muitas dúvidas sobre isso. Não existe uma base de comparação adequada para estimar o quanto vai subir ou cair". De acordo com o professor, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter uma queda percentual de aproximadamente 10% e uma previsão negativa nos custos operacionais das empresas, ainda que sejam estimativas imprecisas.

No cenário internacional, a jornada de quatro dias de trabalho para três de lazer já é realidade. O projeto é desenvolvido pela entidade global 4 Day Week, criado em 2019 na Nova Zelândia. O modelo foi aplicado em países, como Estados Unidos, Suécia, África do Sul, Reino Unido e em algumas empresas brasileiras. Para Sarmento, a experiência internacional é "relativamente incipiente", já que ocorre em países

com economias e mercados de trabalho mais avançados.

Para a professora de direito trabalhista Moara Lima, a medida é ambígua. Os principais benefícios envolvem melhorias significativas na qualidade de vida do trabalhador, com mais descanso, menos desgaste físico e emocional e maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A medida tende a gerar reflexos positivos em saúde, produtividade e segurança no ambiente de trabalho. Entre os possíveis malefícios, está o risco de estratégias empresariais para contornar a legislação, como práticas de pejotização e outras formas de contratação precária, o que reduziria os efeitos reais da mudança. Ela completa que também existe a possibilidade de insegurança jurídica, se a transição não for bem planejada.

Entretanto, a força do movimento social é grande pela alta adesão popular. O Movimento Vida Além

Divulgação/ Acervo Pessoal



Moara Lima, professora do Ceub: "Medida ambígua"

(VAT) é um dos maiores expoentes na luta pela redução da jornada laboral. Liderado por Rick Azevedo, o movimento começou no fim de 2023, quando o fundador — e atual vereador do Rio de Janeiro —, publicou um desabafo pessoal sobre a exaustão que o trabalho de balcônista gerava, após 12 anos sob o regime 6x1. O vídeo acumulou milhares de visualizações nas redes sociais, com apoio de uma parte da classe trabalhadora que ainda não havia sido ouvida. Rick classificou a escala como "escravidão moderna", convocando os trabalhadores para uma revolução contra o regime de trabalho. A partir desse engajamento, nasceu o VAT. O movimento se utiliza das redes sociais para mobilizar a classe trabalhadora, a fim de gerar pressão política por resultados.

\*Estagiária sob supervisão de Ana Sá